

## Manifesto em Defesa da Universidade Pública\*

### A Transição Democrática e a Universidade como Instituição

Estamos assistindo ao fim do ciclo autoritário que durante 20 anos presidiu à modernização da sociedade brasileira, dela exigindo alto preço social e político. No momento em que o autoritarismo deixa de ser história viva e passa a ser — espera-se — história arquivada, cabe-nos fazer o balanço crítico da experiência correspondente, recolher as lições por ela deixadas e dar os primeiros passos em direção ao horizonte que se propõe como o ideal de uma nova sociedade democrática, participativa e aberta.

Um dos efeitos mais nefastos do regime autoritário foi, sem dúvida, a desarticulação institucional da sociedade em todos os seus níveis, a começar pelo nível político, com a perda ou o enfraquecimento acentuado da organicidade do todo social. A dramática experiência de uma sociedade aparentemente sem lei — ou de uma sociedade que vive a atrofia da lei e a hipertrofia do decreto — é talvez o traço que mais impressiona o observador da sociedade brasileira ao examinar o momento conturbado do fim do ciclo autoritário. O triunfo do casuismo é como a caricatura que ficou da face jurídica desfigurada e mutilada da nação.

Entre as instituições da sociedade sobre as quais o ciclo autoritário imprimiu uma das suas marcas mais profundas e deformantes está incontestavelmente a universidade. Pela própria natureza da instituição universitária, a sociedade nela elabora suas razões de ser e de agir na forma do saber codificado metodologicamente da ciência, a desdobrar-se nas técnicas. Ela só pode ser regida por uma razão organizadora — uma *idéia da universidade*, segundo a expressão consagrada — capaz de unificar as necessidades e objetivos da sociedade que a institui e as exigências específicas de elaboração e transmissão dos saberes e técnicas que nela se produzem. A universidade é, pois, uma instituição *sui generis*, cuja originalidade se manifesta nessa dupla face: se não pode deixar de ligar-se à sociedade que a mantém e às suas necessidades e problemas, estará necessariamente voltada para si mesma em vista da preservação e aperfeiçoamento das condições e instrumentos aptos para o trabalho de produção e comunicação do saber, que é o seu fim específico.

Procurar definir formas eficazes de contribuir para a superação da crise da universidade importa, antes de mais nada, em elevar-se à consciência clara das exigências da correta articulação daqueles dois pólos no presente

\* Publicado em Belo Horizonte, em abril de 1985.

momento da vida brasileira. De um lado, os efeitos do autoritarismo e os problemas e reivindicações postos pela transição do autoritarismo para a democracia; de outro, o requisito que a universidade, envolvida no processo de transição, busque afirmar sua especificidade institucional. Essa especificidade não se recuperará pelo mimetismo dos confrontos que se dão na sociedade global. Ela exige antes a restauração, ou reinvenção, do pluralismo orgânico que faz da universidade o lugar privilegiado daquela razão que tende para o consenso através do debate aberto e conseqüente — ou seja, da própria racionalidade constitutiva do ideal democrático.

#### **A desfiguração autoritária da universidade**

A progressiva desfiguração da especificidade institucional da universidade, especialmente da universidade pública, operou-se de variadas formas no autoritarismo de pós-64, com o qual se articularam a manutenção de nosso tradicional cartorialismo e a arrogância do novo tecnocratismo. Não cabe atribuir tal resultado a uma intencionalidade invariavelmente má de parte dos que geriram a educação nacional nos últimos 20 anos, mas não se pode deixar de apontar a decisiva responsabilidade pelo amesquinçamento da universidade brasileira que recai sobre os seus ombros.

Desnecessário lembrar as tentativas de dobrá-la e acuá-la que correspondem à face mais negra e mais diretamente política do autoritarismo, quando se cassava a cidadania universitária de professores e estudantes por motivos ideológicos ou ao sabor de meras intrigas. Em outro nível, o centralismo que cerceia simples decisões de remanejamento de pessoal torna-se imensamente solene quando se trata, por exemplo, do credenciamento de cursos de pós-graduação. Num caso, o DASP tutela e dificulta a administração de pessoal que poderia ser ágil e desimpedida. No outro, órgãos e conselhos vinculados ao MEC, afogados em procedimentos algo esotéricos, fazem de conta que são seletivos e exigentes — enquanto na verdade, ressalvadas as exceções de justiça e de praxe, acolhem inalteravelmente qualquer pleito, transformando os processos burocráticos correspondentes numa espécie de rito de iniciação, sem significado real para a qualidade do ensino e da pesquisa.

44

Se cria inúmeros entraves de ordem administrativa, o governo, bom-moço, faz inchar as instituições de ensino superior, multiplicando vagas, sem lhes dar os recursos adequados. Mais ainda, vincula a sorte dos orçamentos de pessoal, custeio e investimento à lógica sinuosa da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O Ministério da Educação e Cultura é reduzido a participante secundário de um jogo armado pela tecnocracia, onde desempenha o papel de personagem sem voz e peso reais. Estabelece-se, então, uma parafernália de instrumentos que limitam ou tolhem a já rarefeita autonomia institucional da universidade. Paralelamente à estrutura do próprio MEC e das instituições universitárias, reproduzem-se fundos, entidades e programas que se pretendem justificar pelo estímulo trazido à competição em torno de critérios de qualidade acadêmica. Mas, ao invés de esses instrumentos representarem o suplemento de uma política adequada de atribuição de recursos diretamente à própria universidade, eles antes se substituem a tal política, evidenciando-se a opção de deixar a universidade entregue à própria sorte. Não admira, assim, que se vejam eles mesmos rapidamente corrompidos em seus critérios supostamente mais rigorosos e competitivos. Em tudo, revela-se profunda desconfiança com respeito à seriedade e à capacidade da universidade pública.

#### **A universidade e o movimento docente**

Foi nesse dramático contexto — o de uma universidade posta de lado pelo governo, submetida a paralisadora dieta, com sua especificidade institucional gravemente atingida pela lógica corrosiva do sistema autoritário — que surgiu o movimento dos docentes, o qual veio a adquirir, por certos aspectos de sua atuação, o caráter de antídoto extremo a contrapor-se, em estado de virtual insurreição, ao processo de liquidação final da universidade pública.

Vários dos signatários deste documento participaram da organização e das lutas do movimento docente. Todos reconhecemos sua legitimidade enquanto movimento de natureza sindical e enquanto inevitável caixa de ressonância dos problemas que afetam a universidade como instituição, os quais não podem senão interessar aos professores como categoria profissional. Mas parece-nos haver indícios insofismáveis de que o

movimento docente, animado com sinceridade pelo papel que lhe coube cumprir em fase patética de nossa história, perde de vista e concorre para comprometer, enquanto movimento, os valores próprios da universidade que se propõe servir.

Pensamos que docentes e pesquisadores de uma universidade pública, em particular numa sociedade fundada na legalidade democrática, não são, em seu movimento reivindicatório, equiparáveis a uma categoria profissional em luta contra os seus patrões — até porque recusamos reconhecer no Estado um patrão, ainda que dele venham, por dever elementar, os recursos necessários ao funcionamento da universidade. Ao contrário, somos — autoridades universitárias, professores, pesquisadores, funcionários e estudantes — a universidade mesma, e a responsabilidade de fazer uma universidade fiel aos seus próprios objetivos estará tanto mais em nossas mãos quanto mais conseqüente seja a reivindicação de autonomia acadêmica.

Além disso, o problema da autonomia institucional da universidade não se coloca apenas nas relações dela com o Estado, no qual sempre se pensa quando se fala de autonomia. Ao invés disso, a universidade terá necessariamente também que ser autônoma (o que não quer dizer insensível e indiferente) perante as forças e correntes de opinião que emergem da própria sociedade. Caso contrário, ela terminará por expor-se inerte à arrogância de indivíduos, grupos ou partidos de qualquer natureza e orientação ideológica que pretendam apresentar-se como porta-vozes dos verdadeiros interesses da sociedade. Por certo, opomo-nos à idéia de uma universidade encastelada na torre de marfim. Mas, como professores e profissionais da atividade acadêmica que somos, é a própria universidade, com o valor social incontestável de seus objetivos precípuos, a face mais imediata de nossos deveres para com a sociedade. E a condição de cidadão, na qual defrontamos nossa responsabilidade social e política, não pode servir de escusa diante da nossa responsabilidade profissional.

Em contraste com os postulados assim indicados, a dinâmica do movimento docente e a falta de clareza quanto a suas relações com a universidade como instituição nos parecem encerrar perigos e dificuldades que se têm evidenciado com nitidez. O ponto crucial de tais dificuldades diz respeito ao choque inevitável entre o princípio necessariamente plebiscitário em que se assenta o movimento docente, enquanto movimento de natureza pelo menos

predominantemente sindical, e os princípios de mérito e desempenho dos quais a universidade não se pode pretender afastar sem desfigurar-se e aviltar-se. O exemplo talvez mais claro se teve na greve de 1980, à qual o governo pôs fim através da incorporação maciça à carreira universitária, mediante simples decreto, de todos os que, no momento, se vinculavam a título precário aos quadros docentes. Apesar do patente conteúdo demagógico da decisão e de seus efeitos inequivocamente danosos para a universidade, o movimento docente se revelou, por sua própria lógica, impotente para opor-se àquela desfecho ou sequer para examinar e debater com seriedade suas conseqüências do ponto de vista acadêmico.

Ademais, na qualidade de professores e participantes reais ou virtuais do movimento docente, fatalmente afetados, à medida que ele ganha em vigor, pelas decisões que se tomam dentro dele, consideramos indispensável manifestar nosso desconforto e inconformidade quanto às formas de atuação e deliberação que o têm caracterizado. A mística de um solidarismo a todo transe; a santificação irrefletida da maioria e a tendência a transformar as avaliações divergentes e as posições minoritárias em algo por definição suspeito, quando não francamente desleal; a resultante pressão (a que só se pode resistir a um alto custo psicológico e arrostando a estigmatização) em favor das unanimidades cálidas das multidões em assembleia — eis aí traços que têm tornado inviável sequer tematizar, no interior do próprio movimento, o problema da criação de mecanismos mais adequados de representação e de processamento de decisões. Uma das conseqüências salientes é a freqüência de greves que se alastram com ímpeto meramente “expressivo” e de efusão psicológica, muitas vezes sem maior sentido de estratégia e eficácia, e cujo ciclo, entre as iniciativas que as deflagram e as decisões que as interrompem, se cumpre como o resultado de um jogo de forças cegas, antes que o de um processo de deliberação racional. Sanar tais distorções nos parece exigir amplo debate, no qual possamos imaginar formas a um tempo mais democráticas e eficazes de ação comum.

Registre-se, finalmente, o funesto equívoco envolvido no empenho em transpor para o âmbito da universidade como instituição os princípios e métodos do movimento docente. Na confusão resultante, as próprias estruturas e lideranças institucionais da universidade se vêem perplexas e paralisadas, sendo com freqüência levadas a assistir passivamente, se não

autocomplacientemente, a situações que ameacem redundar no desmantelamento institucional da universidade. Monta-se, no processo, uma estrutura paralela de poder, em que o comando das associações de docentes passa a afetar fortemente a vida institucional da universidade e a pretender — e às vezes conseguir — falar com maior peso e ressonância em nome dela do que suas lideranças próprias.

#### A democracia na universidade

De maneira independente da movimentação sindical dos docentes, embora também em articulação com ela, colocam-se agudamente a questão de democracia interna à universidade e a exigência de democratização. Trata-se, em nossa opinião, de questão importante e de reivindicação em princípio justa. É inegável o caráter esclerosado e oligárquico frequentemente revelado pela estrutura formal da universidade, com a conseqüente insensibilidade, por vezes, a interesses legítimos ou problemas reais que surgem no âmbito acadêmico. Mas também aqui ocorrem confusões e simplificações graves.

Acreditamos que o ideal democrático autêntico, que corresponde em si mesmo e até em seu alcance político mais geral a um ideal eminentemente “acadêmico”, é o da criação de condições propícias ao debate real e a fazer valer a força dos argumentos e a genuína persuasão intelectual. Componente indissociável desse ideal é o reconhecimento de que o voto é apenas o substituto precário, e por vezes inaceitável, do consenso obtido por meios legítimos, bem como de que a minoria — mesmo a minoria constituída por um só indivíduo — pode ter razão contra a maioria. Segue-se que os mecanismos institucionais através dos quais se processarão as decisões devem, no caso da universidade, contemplar inequivocamente a máxima contida em tais pressupostos como condição essencial do convívio acadêmico e do êxito das atividades próprias da instituição.

A legitimidade da aparelhagem institucional da universidade não pode ser contestada em proveito da suposta legitimidade a ser encontrada em seus corredores e pátios. Vale assinalar, em paralelo com a histórica mobilização recentemente observada no país, que mesmo aí o povo foi às ruas não por entender que nisso consiste a democracia, mas antes como forma de restaurar, contra o autoritarismo, uma institucionalidade legítima: o direito de voto, os procedimentos institucionais e legais de um

processo político genuinamente democrático. Com mais razão, no âmbito universitário — onde não se trata apenas de fazer presentes a vontade e os interesses de todos, mas antes de incluí-los no processo através do qual se buscam os objetivos específicos de uma instituição de natureza singular — a questão da democracia não pode prescindir da afirmação da institucionalidade própria da universidade, de sua lógica e de seus princípios.

Assim, se cumpre reformar a universidade, essa reforma não se fará de maneira aceitável senão com atenção constante para duas exigências. A primeira é a disposição de reconhecer e enfrentar a complexa tarefa de *construção institucional* que qualquer reforma legítima das estruturas universitárias necessariamente envolverá, ao invés do apego a simplismos como o de falsas “paridades” mecanicamente estabelecidas entre estudantes, funcionários e professores (cuja adoção, se feita de maneira conseqüente, não poderia furtar-se à regra de “um homem, um voto”). A segunda é a de valorizar adequadamente os requisitos de uma *carreira docente* autêntica (por contraste com a contrafação contida na legislação vigente, cuja continuidade comprometerá de vez o futuro da instituição universitária no país), e reconhecer que os valores nela afirmados, tais como desempenho, qualificação e experiência, terão necessariamente de refletir-se na estrutura administrativa da universidade.

#### Recrutar a universidade

A causa da universidade pública, no Brasil, está indissociavelmente vinculada ao destino sempre incerto da liberdade. Sem nutrir ilusões e sem subestimar as imensas dificuldades do futuro, temos a esperança de que a nova fase da vida nacional que ora se inaugura, distinguida por amplo consenso quanto ao imperativo de consolidação de princípios democráticos de convivência, poderá encaminhar soluções para muitos de nossos graves problemas.

Reivindicamos do governo que agora se instala a atribuição de adequada prioridade aos problemas da universidade pública. Entendemos que cumpre lutar por um Estado aberto, desburocratizado e submetido a controles democráticos, e que a ele compete a responsabilidade de prover a universidade de parcela decisiva dos recursos necessários ao desempenho apropriado de suas tarefas. Tal desempenho requer, de maneira urgente, que sejam sanadas as enormes deficiências hoje existentes na infra-estrutura de

serviços e equipamentos da universidade pública e que haja remuneração condizente para os professores e funcionários que nela trabalham. Mas requer também o reexame atento e arejado de variados aspectos da legislação que regula e aprisiona o ensino superior. Criar-se-ão assim as condições para que a universidade, restaurada, possa atrair e reter pessoal qualificado e fiel à sua *idéia*, à sua razão organizadora. Reconhecemos todos que a produção e a difusão do conhecimento tornaram-se a força propulsora de qualquer nação que pretenda vir a ser autônoma, livre e justa. A universidade pública há de ser instituição-chave a atuar para que essa verdade não se dilua nas declarações retóricas que a afirmam e proclamam.

#### Seguem as seguintes assinaturas

Francisco Iglésias (História, UFMG), Henrique C. Lima Vaz (Filosofia, UFMG), Edgar de Godoi da Mata Machado (Direito, UFMG), Carlos Ribeiro Diniz (Bioquímica, UFMG), Carlos Ribeiro Diniz (Bioquímica, UFMG), Sebastião Baeza Henriques (Biologia Molecular, UFMG), Marcello de Vasconcellos Coelho (Parasitologia, UFMG), Francisco Magalhães Gomes (Física, UFMG), Fábio Wanderley Reis (Ciência Política, UFMG), Antonio Octávio Cintra (Ciência Política, UFMG), Hugo Pereira do Amaral (Filosofia, UFMG), Ramayana Gazzinelli (Física, UFMG), Antonio Augusto Prates (Sociologia, UFMG), Eduardo Osório Cisalpino (Microbiologia, UFMG), Hugo César da Silva Tavares (Filosofia, UFMG), Bolívar Lamounier (Ciência Política, USP, PUC - SP), Marcus F. Figueiredo (Ciência Política, FGV - SP), Sérgio Miceli Pessoa de Barros (Sociologia, UNICAMP), Maria Tereza Sadek (Ciência Política, USP), Cheywa R. Spindel (Ciência Política, PUC-SP), Argelina Maria Figueiredo (Ciência Política, UNICAMP), Joaquim Falcão (Sociologia, UFPe), Luiz Antonio Marcuschi (Letras, UFPe), Jorge Jatobá (Economia, UFPe), Manoel Correia de Andrade (UFPe), Eustáquio Galvão da Silva (Física, UFMG), Carlos A.L. Filgueiras (Química, UFMG), Ewaldo Mello de Carvalho (Física, UFMG), Ricardo S. Schor (Física, UFMG), Geraldo Mathias Ribeiro (Física, UFMG), Heloisa Helena Ribeiro Schor (Química, UFMG), Alzira

Maria G. Tostes Gazzinelli (Matemática, UFMG), Marcus Vinicius Gomez (Bioquímica, UFMG), Tasso Moraes e Santos (Bioquímica, UFMG), Rodrigo Dias Tarsia (Astrofísica, UFMG), Luiz O. Ladeira (Física, UFMG), Ronaldo Alípio Mansur (Física, UFMG), Ramon J. Quiroga (Astrofísica, UFMG), Maria Suzana B. Carvalho (Matemática, UFMG), Ucler B. Paniago (Química, UFMG), João Carlos Machado da Silva (Física, UFMG), José Luiz Aarestrup Alves, (Física, UFMG), João Baptista Villela (Direito, UFMG), Ângela Mascarenhas Santos (Filosofia, UFMG), João Gabriel Marques Fonseca (Medicina, UFMG), Antônio de Abreu Rocha (Letras, UFMG), Maria Eugênia Dias de Oliveira (Filosofia, UFMG), Maria Celia de Castro Bessa (Psicologia, UFMG), Ana Cecília C. Gontijo (Psicologia, UFMG), Beatriz Coelho (Belas Artes, UFMG), Márcio Quintão Moreno (Física, UFMG), Décio J. Marri (Reitoria, UFMG), Antonio S. T. Pires (Física, UFMG), Celson Diniz Pereira (Física, UFMG), Alencastro Valle de Carvalho (Física, UFMG), Edson Durão Judice (Matemática, UFMG), Eduardo Dias Gontijo (Psicologia, UFMG), Sonia Maria Viegas Andrade (Filosofia, UFMG), Walter José Evangelista (Filosofia, UFMG), José de Anchieta Correa (Filosofia, UFMG), Francisco Mercedo Moreira (Filosofia, UFMG), Myriam A. Ribeiro de Oliveira (História, UFMG), Ellana Castro Santoro de Lima (Psicologia, UFMG), Sonia dos Santos Castanheira (Psicologia, UFMG), Adelia Maria Santos Teixeira (Psicologia, UFMG), Maria José Esteves de Vasconcellos (Psicologia, UFMG), Isa Silva Monteiro de Castro (Psicologia, UFMG), Anna Edith Bellico da Costa (Psicologia, UFMG), Geraldo Pianetti Filho (Medicina, UFMG), Guilherme Cabral Filho (Medicina, UFMG), Marília Ottoni da Silva (Química, UFMG), Alaide Braga de Oliveira (Química, UFMG), José Caetano Machado (Química, UFMG), Leônidas Machado Magalhães (Veterinária, UFMG), José Britto Figueiredo (Veterinária, UFMG), Roberto de Souza (Veterinária, UFMG), Joaquim Martins Ferreira Neto (Veterinária, UFMG), Ronaldo Reis (Veterinária, UFMG), Antonio Stockler Barbosa (Veterinária, UFMG), José de Alencar Carneiro Viana (Veterinária, UFMG), Edson Clemente dos Santos (Veterinária, UFMG), Jadir Ferreira de Miranda (Veterinária, UFMG), Hamilton Carmelino Machado da Silva (Veterinária, UFMG), Gilberto Cavalcanti de Albuquerque Filho (Veterinária, UFMG), Egladson João Campos (Veterinária, UFMG), Walter Otaviano

Bernis (Veterinária, UFMG), *Luiz Aureliano Gama de Andrade* (Ciência Política, UFMG), *Antonio Luiz Paixão* (Sociologia, UFMG), *Candido Luiz de Lima Fernandes* (Economia, UFMG), *Antonio Machado de Carvalho* (Educação, UFMG), *Maria Helena Oliveira Prates* (Educação, UFMG), *José Armando de Souza* (Educação, UFMG), *Ronaldo de Noronha* (Sociologia, UFMG), *Aloisio Sales da Cunha* (Medicina, UFMG), *Moisés Chuster* (Medicina, UFMG), *Luiz Otavio Savassi Rocha* (Medicina, UFMG), *Maria Stella de Amorim* (Sociologia, UFRJ), *Paulo Marcos Zech Coelho* (Parasitologia, UFMG), *Olga B. Henriques* (Bioquímica, UFMG), *Wilson Mairink* (Parasitologia, UFMG), *Maurício Resende* (Microbiologia, UFMG), *Alvair Pinto de Almeida* (Farmacologia, UFMG), *Ana Maria Miranda Afonso* (Bioquímica, UFMG), *José Afonso A. Rodrigues* (Fisiologia, UFMG), *Hélio Nogueira Espinola* (Parasitologia, UFMG), *Maria Elizabeth Bernardes Margutti* (Microbiologia, UFMG), *Anibal Antonio da Silva Pereira* (Bioquímica, UFMG), *Amintas Fabiano de Souza Figueiredo* (Bioquímica, UFMG), *Romain Rolland Golgher* (Microbiologia, UFMG), *Wilson Teixeira Beraldo* (Fisiologia, UFMG), *Fernando Alzamora* (Fisiologia, UFMG), *Antonio Ernani Teixeira* (Bioquímica, UFMG), *José Augusto Nogueira Machado* (Bioquímica, UFMG), *Galdino Luiz Zaganelli Filho* (Bioquímica, UFMG), *Giovani Gazzinelli* (Bioquímica, Inst. René Rachou), *Cleonice Maria de Miranda V. Almeida* (Química, FUFMT), *Amaury Caiáfa Duarte* (Bioquímica, UFJF), *Lucyr Jones Antunes* (Bioquímica, UFMG), *Maria das Graças M. Zaganelli* (Fisiologia, UFES), *F. Juarez Ramalho Pinto* (Bioquímica, UFMG), *Elio Hided Baba* (Ciências Biológicas, UFOP), *Maria Célia de Silva Lanna* (Ciências Biológicas, UFOP), *Heloisa Sílvia de Farias Vale* (Ciências Biológicas, UFOP), *Maria Elisabete da Silva Barros* (Ciências Biológicas, UFOP), *Cláudia Dumans Guedes* (Química, UFOP), *Mauro Schettino de Souza* (Ciências Biológicas, UFOP), *Alan de Oliveira M. Chaves* (Química, UFOP), *Magno Dias* (Ciências Biológicas, UFOP), *Roldão Roosevelt Urzedo de Queiroz* (Química, UFOP), *Hélio Correa de Melo* (Química, UFOP), *Isabel Maria de Vasconcellos Lapertosa* (Matemática, UFOP), *Edmar Bacha* (Economia, PUC/RJ), *Marcelo de Paiva Abreu* (Economia, PUC/RJ e UFRJ), *Winston Fritsch* (Economia PUC/RJ e UFRJ), *Francisco L. Lopes* (Economia, PUC/RJ), *José Marcio Camargo* (Economia, PUC/RJ), *Eduardo M. Modiano*

(Economia, PUC/RJ), *Eustáquio J. Reis* (Economia, PUC/RJ), *Rogério L. Furquim Werneck* (Economia, PUC/RJ), *Dionísio Dias Carneiro Netto* (Economia, PUC/RJ), *José Paulo de Almeida e Albuquerque* (Engenharia, PUC/RJ), *José Roberto Boisson de Marca* (Engenharia, PUC/RJ), *Regis Bonelli* (PUC/RJ), *José Cláudio Ferreira da Silva* (UERJ), *Wolney Lobato* (Museu de História Natural, UFMG), *Guilomar Goulart de Azevedo* (Geociências, UFMG), *Edezio Teixeira de Carvalho* (Geociências, UFMG), *Oswaldo Bueno Amorim Filho* (Geociências, UFMG), *Pedro Parafita de Bessa* (Psicologia, UFMG), *Lúcio Roberto Marzagão* (Psicologia, UFMG), *Riva Satouschi Schwartzman* (Psicologia, UFMG), *Carlos Roberto Gontijo* (Engenharia, UFMG), *Marlene Rodrigues de Mello Brunelli* (Filosofia, UFMG), *Remo Toschi Brunelli* (Matemática, UFMG), *Sueli Bittencourt Drummond* (Microbiologia, UFMG), *Cláudio M. Considera* (Economia, UFF), *Flávio Castelo Branco* (Economia, UFF), *Gervasio Castro de Rezende* (Economia, UFF), *Marcelo de Moura Lara Resende* (Economia, PUC/RJ), *Célia Nunes Galvão D. dos Santos* (Ciências Sociais, USP), *Ruth Correa Leite Cardoso* (Ciências Sociais, USP), *Eduardo Kugelmas* (Ciências Sociais, USP), *José A. Guillon Albuquerque* (Ciências Sociais, USP), *Leôncio Martins Rodrigues* (Ciências Sociais, USP), *Aparecida Joly Gouveia* (Ciências Sociais, USP), *Álvaro de Aquino e Silva Gallo* (Ciências Sociais, USP), *Sedi Hirano* (Ciências Sociais, USP), *Cláudio Vouga* (Ciências Sociais, USP), *José Francisco Quirino* (Ciências Sociais, USP), *Braz José de Araújo* (Ciências Sociais, USP), *Renato da Silva Queiroz* (Ciências Sociais, USP), *Irene A. R. Cardoso* (Ciências Sociais, USP), *Sylvia Caluby Moraes* (Ciências Sociais, USP), *Carlos Moreira Henrique Serrano* (Ciências Sociais, USP), *João Paulo Monteiro* (Ciências Sociais, USP), *Elisabeth Souza Lobo* (Ciências Sociais, USP), *Eunice Ribeiro Durham* (Ciências Sociais, USP), *Sílvia Maranca* (Ciências Sociais, USP), *Darcy da Silva* (Ciências Sociais, USP), *Renate Brigitte Viertel* (Ciências Sociais, USP), *Arakcy Martins Rodrigues* (Ciências Sociais, USP), *Cylon E. T. Gonçalves da Silva* (Física, UNICAMP), *Carlos Castilla Becerra* (Física, USP), *Iuda D. G. vel Lejbman* (Física, USP), *Silvio R. A. Salinas* (Física, USP), *Ivan Cunha Nascimento* (Física, USP), *Alfredo Gontijo de Oliveira* (Física, UFMG), *José Francisco de Sampaio* (Física, UFMG), *Manoel Lopes de Siqueira* (Física, UFMG), *Francisco César de Sá Barreto* (Física,

UFMG), *Geraldo Alexandre Barbosa* (Física, UFMG), *Wilson de Pádua Filho* (Computação, UFMG), *Paulo Roberto Grossi Sad* (Matemática, UFMG), *Márcio Gomes Soares* (Matemática, UFMG), *Pedro Mendes* (Matemática, UFMG), *Michael O'Carroll* (Física, UFMG), *Armando de Almeida Neves* (Bioquímica, UFMG), *Ibrahim Felipe Heneine* (Biofísica, UFMG), *Enio Cardillo Vieira* (Bioquímica, UFMG), *Eurico Alvarenga Figueiredo* (Bioquímica, UFMG), *Maria Auxiliadora R. Carvalho* (Microbiologia, UFMG), *Marcos Luiz dos Mares Guia* (Bioquímica, UFMG), *Arno Vogel* (Antropologia, UFF), *José Augusto Leitão Drummond* (Ciência Política, UFF), *Renato Lessa* (Ciência Política, UFF e UFRJ), *Ari de Abreu Silva* (Ciência Política, UFF), *Franklin Leopoldo e Silva* (Filosofia, USP), *Carlos Alberto Ribeiro de Moura* (Filosofia, USP), *Victor Knoll* (Filosofia, USP),

*Mário Miranda Filho* (Filosofia, USP), *Luiz Henrique Lopes dos Santos* (Filosofia, USP), *Roque Laraia* (Antropologia, UnB), *Vilma Figueiredo* (Sociologia, UnB), *E. W. Kitajima* (Biologia Celular, UnB), *J. C. Dianese* (Biologia Vegetal, UnB), *M. Mateus Ventura* (Biologia Celular, UnB), *Lauro Morhy* (Biologia Celular, UnB), *Jefferson Bastos Aragão* (Biologia Celular, UnB), *Hiraoki Ikemoto* (UnB), *Klaas Woortmann* (Antropologia, UnB), *Martin A. J. Novion* (Antropologia, UnB), *José A. Santana* (Economia, UnB), *Ivan Moura Campos* (Computação, UFMG), *Paulo R. F. Cunha* (Informática, UFPe), *Daniel A. Menasci* (Informática, PUC/RJ), *Roberto da Silva Bigonha* (Computação, UFMG), *Newton Alberto de Castilho Lages* (Computação, UFMG), *Alberto Henrique Frade Laender* (Computação, UFMG), *Nivio Ziviani* (Computação, UFMG).